

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 01 de julho de 2024 às 08h00
Seleção de Notícias

Folha de S. Paulo | BR

Direitos Autorais

Mônica Bergamo 3
MÔNICA BERGAMO

Jota Info | BR

30 de junho de 2024 | Arbitragem e Mediação

Corte Permanente de Arbitragem comemora 125 anos 5

Mônica Bergamo

MÔNICA BERGAMO

A ver navios

O Ecad, escritório que recolhe e distribui **direitos** autorais no país, entrou com uma ação judicial contra a Prefeitura do Recife para cobrar o pagamento de execuções públicas de músicas tocadas no Réveillon e no Carnaval deste ano. O valor reivindicado é estimado em R\$ 5 milhões.

aviso prévio A entidade diz que já notificou extrajudicialmente a gestão do prefeito João Campos (PSB) também pelo São João, festa que se encerrou neste domingo (30) e que teria apresentado o mesmo problema. Assim como nos outros casos, o próximo passo do Ecad será ingressar na Justiça para cobrar o pagamento.

tudo em ordem À coluna, a prefeitura, por meio da Fundação de Cultura Cidade do Recife, órgão responsável pelos eventos, diz não fazer o recolhimento porque as festas "têm fins exclusivamente de cunho social, cultural e simbólico, sem qualquer finalidade de obter rendimentos financeiros". Esse é o mesmo argumento utilizado pelas administrações de outras cidades de PE.

histórico A gestão João Campos afirma ainda que segue aberta ao diálogo e que já obteve ganhos judiciais em ações anteriores. O Ecad, por sua vez, tem uma visão diferente e diz que o não pagamento contraria a lei em vigor.

nos autos O STJ (Superior Tribunal de Justiça) reconheceu, no fim do ano passado, que a cobrança de **direitos** autorais de músicas executadas em eventos promovidos por entes públicos não está condicionada à obtenção de lucro.

trato feito Neste ano, em posição contrária à da administração do Recife, a Prefeitura de Caruaru, em Pernambuco, decidiu, pela primeira vez, firmar um acordo com o Ecad para pagar as músicas to cadas

durante a festa de São João. A decisão contou com o apoio da governadora do estado, Raquel Lyra (PSDB), que é ex-prefeita de Caruaru e adversária política de João Campos.

fatura O valor exato do que será cobrado do Recife será definido, segundo o Ecad, pela Justiça. Como os eventos são gratuitos, o montante a ser pago pela execução das canções leva em conta gastos como montagem de palcos e cachês de artistas. O escritório diz que a gestão João Campos não disponibilizou essas informações e que o cálculo só poderá ser feito judicialmente.

em alta Levantamento do Instituto de Estudos de Saúde Suplementar (IESS) mostra que a região Norte registrou, no primeiro trimestre deste ano, o maior aumento no índice de pessoas empregadas no setor privado da saúde.

em alta 2 O número de empregados no mês de março foi de 157,2 mil, representando uma alta de 6,9% no período analisado. A média nacional de aumento ficou em 1,5%.

mapa Na sequência aparecem o Sudeste, com uma alta de 2,3% de empregados, o Nordeste, com 1,2%, e o Centro-Oeste, com 0,4%. Já o Sul registrou uma queda de 1,2%. O Brasil encerrou março com 4,9 milhões de empregos na área.

TRINTÃO

Os economistas Edmar Bacha, Pedro Malane Gustavo Franco O receberam convidados no lançamento do livro "30 Anos do Real: Crônicas no Calor do Momento" na semana passada.

O evento, que foi realizado na Livraria da Travessa do Shopping Iguatemi, em São Paulo, contou com a

Continuação: Mônica Bergamo

presença dos economistas Pêrsio AridaH e Elena LandauH

—

surpresa Quando Patrícia Abravanel foi sequestrada, em 2001, a atriz Polliana Aleixo tinha apenas cinco anos. A artista afirma não ter qualquer recordação do episódio e conta que só foi saber que a filha de Silvio Santos e o próprio dono do SBT foram vítimas de sequestradores já adulta, quando foi convidada para o filme "Silvio", que reconta o ocorrido.

em cena No longa, que estreia em 5 de setembro nos cinemas, ela fará o papel de Patrícia. Ao lado de Ito-drigo Faro, que interpreta Silvio, os dois recriam no filme a entrevista que Patrícia deu para a imprensa, da varanda da casa da família após ter sido libertada.

muito romântico O cantor Xande de Pilares será uma das atrações do Festival Mada Música Alimento da Alma, que ocorrerá em Natal entre 18 e 19 de outubro. O sambista apresentará faixas do projeto

"Xande Canta Caetano", em que homenageia o artista baiano.

romântico 2 Além do sambista, já estão confirmados no evento artistas como Pitty, Djonga, FBC, Fresno, Ana Frango Elétrico e Baiana System.

tablado O monólogo "Prima Facie", estrelado por Débora Falabella, já tem data para estrear em São fôulo: 20 de setembro, no Teatro Vivo. No espetáculo, que se tornou um fenômeno em sua temporada no Ido, a atriz vive a bem-sucedida advogada Teresa, que tem entre seus clientes acusados de violência sexual. Ela passa a questionar o sistema jurídico, porém, após ser estuprada.

tablado 2 A peça é uma adaptação do texto da dramaturga Suzie Miller, que estreou em Londres em 2022 e provocou debates por mudanças nas leis britânicas. A versão brasileira tem direção de Yara de Novaes.

Corte Permanente de Arbitragem comemora 125 anos



Câmara dos Deputados aprova acordo de sede que permitirá instalação de escritório no Brasil

Palácio da Paz, na Haia (Holanda), sede da Corte Permanente de **Arbitragem** (CPA). Crédito: Wikimedia Commons

A Corte Permanente de **Arbitragem** (CPA, em português e francês, ou PCA, em inglês), foi criada, em 1899, na famosa Primeira Conferência de Paz da Haia, realizada na Haia, na Holanda. Seus fundadores, animados por um "forte desejo de trabalhar pela manutenção da paz geral" e "desejosos de estender o império da lei e de fortalecer a justiça internacional", deliberaram assim estabelecer uma instituição permanente de **arbitragem**, "acessível a todos" e "a qualquer tempo": a Corte Permanente de **Arbitragem**.

A esta primeira conferência, marcada ainda por um acentuado eurocentrismo, seguiu-se outra, realizada em 1907, a "Segunda Conferência de Paz da Haia", com a participação massiva de países da América Latina. O Brasil foi representado por Ruy Barbosa, e tal evento completou o processo de criação da CPA. Nosso renomado jurista se destacou ao marcar a posição pacificadora do Brasil no cenário internacional - vocação mantida até os dias atuais. Sua atuação lhe valeu a alcunha de "Águia de Haia" e garantiu que seu busto esteja hoje exposto no Palácio da Paz na com-

panhia de seletos e ilustres homenageados como Mahatma Gandhi e Nelson Mandela.

A grande contribuição de Ruy Barbosa para os debates que se realizavam na conferência, ainda que aparentemente singela, foi revolucionária: a consagração do princípio da igualdade formal entre os Estados, independentemente de seu tamanho, de seu poderio militar ou econômico. A conferência de 1907 colocou também especial ênfase na limitação da guerra enquanto meio legítimo para a solução de disputas internacionais, de modo que a "força do direito" pudesse prevalecer sobre o "direito à força".

A ideia básica foi afastar o uso da força nas relações entre países e privilegiar formas amigáveis de solução de conflitos - como bons ofícios, **mediação** e, especialmente, **arbitragem**. A CPA foi instituída, portanto, como o primeiro foro permanente e interestatal para a solução pacífica de disputas internacionais. Nos seus primeiros anos, a CPA administrou arbitragens envolvendo apenas Estados. A partir da década de 1930, no entanto, seu escopo de atuação expandiu-se, passando a incluir também arbitragens entre Estados e particulares (*mixed arbitrations*); hoje a grande maioria dos casos administrados pela CPA envolve ao menos um ator não estatal.

É comum certa confusão entre a CPA e a Corte Internacional de Justiça (CIJ), instalada no mesmo edifício-sede: o emblemático Palácio da Paz. Ambas são vocacionadas à busca pela paz internacional, mas a CIJ foi criada após a Segunda Guerra como órgão *judicial* máximo da Organização das Nações Unidas (ONU), enquanto a CPA é voltada para a administração de arbitragens, conciliações, comissões de inquérito e outros meios de solução não judiciais de disputas. São 125 anos de experiência em litígios de imensa complexidade, envolvendo Estados e as particularidades que lhe são inerentes.

Continuação: Corte Permanente de Arbitragem comemora 125 anos

Trata-se de um organismo internacional centenário, administrado por um quadro de colaboradores experientes, extremamente preparados e que gozam de certas imunidades e privilégios que asseguram a independência de sua atuação. O secretário-geral da CPA, por exemplo, goza do status de embaixador. Ela é financiada pelos Estados signatários, os quais participam ativamente de sua governança por meio de representantes no Conselho de Administração e possuem a atribuição de nomear membros da corte.Â

São até quatro membros por país, indicados pelos respectivos governos nacionais para mandatos, renováveis, de seis anos. Além de constar da lista de potenciais árbitros da CPA, encontra-se dentre as suas funções também a indicação dos juízes da CIJ mediante a elaboração de uma lista de candidatos que é posteriormente votada pela Assembleia Geral da ONU e pelo Conselho de Segurança. Os membros da CPA participam ainda da indicação de candidatos ao Prêmio Nobel da Paz.

Entre os dias 12 e 14 de junho, realizou-se, no Palácio da Paz, o 3º Congresso dos Membros da CPA. Funcionários, autoridades e diplomatas reuniram-se na Haia não apenas para celebrar os sucessos passados da CPA, e seu grande crescimento recente, mas também para pensar seu futuro. As discussões ocorridas neste congresso em torno da reforma do atual sistema internacional de proteção de investidores, por exemplo, revelaram o acerto da opção brasileira pela adoção de um enfoque contratual (*contract-based*), que tem se mostrado mais *equilibrado* para a solução de litígios entre particulares e a Administração Pública.Â

Motivo de alegria para o Brasil, além disso, é a ênfase com que os membros da corte deliberaram pela promoção da equidade de gênero nas diversas instâncias da CPA. Somos um dos pouquíssimos países que em setembro próximo atingirá a paridade de gênero na composição de nosso grupo nacional, após o início do mandato dos novos membros indicados recentemente.

Regulada por duas convenções internacionais, de que o Brasil é parte, a CPA detém uma legitimidade única, nos cenários nacional e mundial, para administrar litígios de natureza pública, que têm se tornado cada vez mais frequentes dado o aumento do fluxo global de capitais.

A CPA administrou, em 2023, 246 casos, 82 deles iniciados apenas nesse ano. Deste total, 9 casos trataram de disputas entre Estados, enquanto o restante envolveu, em sua maioria, arbitragens entre investidores e Estado e arbitragens contratuais envolvendo diferentes combinações de Estados, organizações internacionais, entidades públicas e partes privadas.

Esse crescimento vertiginoso tem criado a necessidade da instituição de escritórios em outros países, a fim de tornar os seus serviços mais acessíveis em diferentes regiões do mundo. Atualmente, a CPA tem escritórios regionais na Áustria, Argentina, República de Maurício, Singapura e Vietnã, e acordos para facilitar a realização de procedimentos com África do Sul, Chile, China (Hong Kong), Costa Rica, Índia, Portugal, Uruguai, entre outros.

Quanto à sua estruturação no cenário nacional, o governo brasileiro assinou com a CPA em 2017 um acordo de sede que visa a regulamentar a sua atuação e o status jurídico de seus funcionários no país. O acordo permitirá também a instalação de um escritório no Brasil - provavelmente na cidade do Rio de Janeiro. Em 2023, a CPA foi credenciada pela Advocacia-Geral da União para administrar arbitragens envolvendo a Administração Pública e, no dia 26 de junho deste ano, a Câmara dos Deputados aprovou o acordo de sede, que segue agora para o Senado.

A Corte Permanente de **Arbitragem** chega aos 125 anos, enfim, ao mesmo tempo comprometida com os ideais que nortearam sua fundação e preparada para enfrentar os novos desafios com que o século 21 nos confronta.

Continuação: Corte Permanente de Arbitragem comemora 125 anos

Adriana Venturini - Procuradora-Geral Federal na Advocacia-Geral da União (AGU), Visiting Scholar no Centro de Governança Econômica Global da SIPA na Universidade Columbia (EUA). Mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento Econômico pelo IPEA/ESAF, coordenadora da Assessoria Jurídica dos Grupos Técnicos do Gabinete de Transição Governamental 2022/2023. Indicada como novo membro do grupo nacional brasileiro na CPA

Renato Beneduzi - Professor de Direito Processual Civil na PUC-Rio. Doutor em Direito pela Universidade de Heidelberg (Alemanha). Mestre em Direito Processual pela USP. Advogado e árbitro. Indicado como novo membro do grupo nacional brasileiro na CPA

Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais

3

Arbitragem e Mediação

5